



ORDEN D DIA  
EM 23 / 11 / 93

# Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE  
MARECH L FLORIANO  
Protocolado sob nº 099  
Em 26 / 10 / 1993  
Encarregado

EXPEDIENTE DO DIA

EM 26 / 10 / 93

PROJETO DE LEI Nº 0047/93



Dispõe sobre a Política  
Municipal dos Direitos  
da Criança e do Adolescente  
e dá outras Providências.

EXPEDIENTE DO DIA

EM 23 / 11 / 93

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO,  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e  
eu sanciono a seguinte Lei:

## TÍTULO I DA POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### Capítulo único Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a formulação e execução da Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a participação popular estabelece as normas gerais para sua adequada aplicação.

Art. 2º - Os programas de atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, no Município de Marechal Floriano, far-se-ão através de:

I - Ações básicas de educação, de saúde, de cultura, de esportes, recreação e lazer, de preparação para a profissionalização, assegurando-se sempre o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

II - Programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitam.





# *Prefeitura Municipal de Marechal Floriano*

## **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

III - Serviços gerais nos termos desta Lei.

§ 1º - Os programas serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e destinar-se-ão:

- a) à orientação e apoio sócio-familiar;
- b) ao apoio sócio-educativo;
- c) atividades culturais, esportivas e de lazer, voltadas para a infância e a juventude
- d) à colocação em família substituta;
- e) ao abrigo;
- f) à liberdade assistida;
- g) à semi liberdade;
- h) à internação.

§ 2º - A criação de programas de caráter compensatório da ausência de insuficiência de ações básicas dependerá de prévia aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º - Os serviços especiais deverão visar a:

- a) prevenção e atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abusos, crueldade e apressão;
- b) identificação e localização de pais, crianças e adolescentes desaparecidos;
- c) proteção jurídico-social às crianças e adolescentes.

### **TÍTULO II**

#### **DOS ORGÃOS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO**

##### **Capítulo I**

Art. 3º - A política de atendimento dos Direitos da Criança e do adolescente, será exercida através dos seguintes órgãos:





# *Prefeitura Municipal de Marechal Floriano*

## **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### **Capítulo II**

#### **Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

**Art. 4º** - Fica criado o conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Marechal Floriano (COMCAMF), órgão deliberativo, formulador da Política de Atendimento e controlador das ações, em todos os níveis, vinculado Administrativamente à Secretaria Municipal de Ação Social, observada a composição paritária dos seus membros, nos termos do art. 88, inc. II, da Lei Federal Nº 8.069/90.

### **Capítulo III**

#### **Da Constituição e Composição do Conselho**

**Art. 5º** - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será constituído por 08 (oito) membros, indicados paritariamente pelo Poder Público Municipal e pelas Entidades Comunitárias que estejam atuando no Município há, pelo menos, 2 (dois) anos, a saber:

I - Os membros representantes do Poder Público Municipal serão o titular e o respectivo suplente dos órgãos públicos responsáveis pelas ações de Educação, Saúde e Ação Social, Administração e Finanças, Turismo Cultura Esportes e Meio Ambiente e Agricultura ou Obras.

II - Os 04 (quatro) membros e seus respectivos suplentes, representantes de Entidades Comunitárias de defesa, atendimento, estudos e pesquisas dos Direitos da Criança e do Adolescente, serão eleitos em assembleia Geral das Entidades, realizada a 2 (dois) anos e convocada oficialmente.





# *Prefeitura Municipal de Marechal Floriano*

## **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

mente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da qual participação, com direito a voto, delegados, um de cada uma das Entidades Comunitárias, regularmente inscritas no Conselho de que trata este artigo.

§ 1º - O Exercício dos representantes das Entidades Comunitárias será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período e a substituição, por ato da Assembleia Geral das entidades representadas;

§ 2º - A função de Conselheiro será desempenhada gratuitamente e considerada serviço público relevante, sendo seu exercício prioritário e justificadas as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento a sessões do Conselho ou pela participação em diligências autorizadas por este, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e 87 da Lei 8.069/90.

§ 2º - Cada Entidade Comunitária ou órgão do Poder Público só poderá ter um representante COMCAMF.

§ 4º - Perderá a função o Conselheiro que não comparecer, injustificadamente 3 (três) sessões consecutivas, ou a 5 (cinco) alternadas, no mesmo exercício, por deliberação de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros ou for condenado por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal, convocando-se o respectivo suplente.

§ 5º - Até 45 (quarenta e cinco) dias antes do término de cada biênio, deverá ser feita a indicação, ao Conselho Municipal, dos novos membros, na forma dos itens I e II deste artigo.

§ 6º - Os representantes das Entidades Comunitárias não poderão ser, ao mesmo tempo, funcionários municipais.





# *Prefeitura Municipal de Marechal Floriano*

## **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Art. 6º** - O COMCAMF elegerá, na primeira reunião ordinária, após a sua instalação entre seus membros pelo "quorem" mínimo de 2/3 (dois terços), o seu Presidente, o Vice-Presidente, o 1º Secretário, o 2º Secretário, 1º Tesoureiro e o 2º Tesoureiro, representando cada um, indistintamente e alternadamente, Instituições Governamentais e Entidades Comunitárias, que terão o mandato de 01 (um), sendo permitida uma reeleição, constituindo os eleitos a Diretoria Executiva.

### **Capítulo IV**

#### **Das Atribuições do Conselho "COMCAMF"**

**Art. 7º** - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - definir, no âmbito do Município, ações públicas de proteção integral à criança e ao adolescente, incentivando a criação de condições objetivas para sua concretização, assegurando a contrapartida de direitos e responsabilidades das crianças e adolescentes;

II - controlar a criação de quaisquer programas ou projetos, no território do Município por iniciativa pública ou privada, que tenham como objetivo assegurar os direitos/responsabilidades e garantir a proteção integral à criança e ao adolescente;

III - estabelecer as prioridades nas ações do Poder Público, a serem adotadas para o atendimento das crianças e dos adolescentes para serem introduzidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município em cada exercício;

IV - definir os critérios de aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência e os convênios de auxílios e subvenções às Instituições Públicas e Entidades Comunitárias que atuem na proteção, no atendimento, na promoção e na defesa dos direitos da criança e do adolescente;





# *Prefeitura Municipal de Marechal Floriano*

## **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

V - difundir e divulgar amplamente a política de atendimento estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como incentivar e apoiar campanhas promocionais e de conscientização dos direitos da criança e do adolescente e da necessidade e de conduta social destes, com respeito a idênticos direitos do seu próximo e semelhante, convocando o engajamento das forças vivas da comunidade com o objetivo de sanar esforços com o poder político local, Ministério Público e os conselhos Estaduais e Federais; X

VI - promover e assegurar recursos financeiros e técnicos para a capacitação e a reciclagem permanente de pessoal envolvido no atendimento à criança e ao adolescente;

VII - apoiar e acompanhar junto aos órgãos competentes, denúncias e representações dos conselhos Tutelares no exercício de suas atribuições;

VIII - manter intercâmbio com entidades Federais, Estaduais e Municipais que atuem na área de atendimento, defesa, estudo e pesquisa dos direitos da criança e do adolescente;

IX - dar posse aos Conselheiros para os exercícios subsequentes, conceder licença aos seus membros, declarar vago o posto por perda de função e convocar os respectivos suplentes;

X - convocar Secretários e outros dirigentes municipais para prestar informações, esclarecimentos sobre as ações e procedimetos que afetam a política de atendimento à criança e ao adolescente;

XI - analisar e avaliar anualmente, em assembléia





# *Prefeitura Municipal de Marechal Floriano*

## **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Pública, com a participação das Entidades Comunitárias e órgãos competentes, Municipais, Estaduais e Federais a efetiva execução da política de atendimento à criança e ao adolescente;

XII - estabelecer critérios técnicos para o bom funcionamento dos órgãos públicos e das entidades comunitárias de atendimento às crianças e aos adolescentes, recomendando aos órgãos competentes a oferta de orientação e apoio técnico-financeiro às entidades comunitárias para o perfeito cumprimento deste artigo.

**Art. 8º** - Fica criado o Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência, diretamente ao Conselho Municipal da Criança e Adolescência de Marechal Floriano - COMCAMF, nos termos do art. 88 da Lei Federal 8.069/90 e aplicado em conformidade com as deliberações deste.

**Art. 9º** - O Fundo para a Infância e Adolescência será constituído basicamente dos seguintes recursos:

I - dotações do Tesouro Municipal consignado diretamente ao Fundo na Lei Orçamentária do Município, a cada exercício, e ainda aquelas que, destinados anualmente a órgãos e unidades orçamentárias, se vinculam a execução das ações de atendimento, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

II - recursos provenientes de transferências financeiras, efetuadas pelos conselhos Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou por outros órgãos públicos;

III - dotações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;





# *Prefeitura Municipal de Marechal Floriano*

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Parágrafo único** - O COMCAMF, anualmente, publicará relatório e balanço gerais de suas atividades, para os fins de direito.

**Art. 11** - O Fundo será gerido pela Diretoria Executiva do conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Marechal Floriano, que terá as atribuições:

I - encaminhar ao Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente e aos órgãos responsáveis pelas ações de atendimento, proteção e defesa dos direitos da Criança e do Adolescente, mensalmente:

a) as demonstrações da receita e despesa;

b) os relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pelo setor privado com que estabeleça contrato de cooperação na prestação de serviços voltados para os objetivos do COMCAMF;

c) os relatórios de acompanhamentos e avaliação da produção dos serviços prestados pelo Município e Entidades Públicas com ele conveniados;

d) a análise e a avaliação da situação econômica financeira do Fundo, detectadas nas demonstrações mencionadas neste inciso;

II - encaminhar à Contabilidade Geral do Município:

a) mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;

b) trimestralmente, os inventários de estoques de ativos reais não financeiro, objetos de aquisição ou doação ao Fundo.





# *Prefeitura Municipal de Marechal Floriano*

## **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

IV - valores provenientes de multas decorrentes de condenação em ações judiciais, ou de imposição de penalidades administrativas, previstas na Lei nº 8.069/90;

V - rendas eventuais inclusives as resultantes de depósitos e aplicações financeiras;

VI - produto da venda de bens doados ao conselho, de publicações e eventos sócios-culturais que realizar;

VIII - outros recursos de qualquer natureza que lhe forem destinados.

**Parágrafo único** - Compete ao Conselho "COMCAMF" definir a política de captação, administração e aplicação dos recursos financeiros que venham a constituir o fundo, em cada exercício.

### **Capítulo II**

#### **Da Administração do Fundo**

**Art. 10** - A administração do Fundo Municipal será regulamentada por Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e deverá:

I - registrar os recursos provenientes das captações previstas no artigo anterior;

II - liberar os recursos a serem aplicados em benefício das crianças e dos adolescentes, nos termos das Resoluções que aprovar;

III - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos das suas resoluções.





# *Prefeitura Municipal de Marechal Floriano*

## **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

c) anualmente, o inventário de móveis e imóveis e o balanço geral do Fundo.

III - firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente.

### **Título IV**

#### **Das Disposições Finais**

**Art. 12** - O CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, será instalado no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei, por convocação do Prefeito Municipal.

**Art. 13** - Após sua instalação, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MARECHAL FLORIANO, elaborará no prazo de 30 (trinta) dias o seu regimento interno, que disporá sobre seu funcionamento, as atribuições da Diretoria Executiva e dos demais conselheiros.

**Art. 14** - O Prefeito Municipal colocará à disposição do Conselho uma sala para apoio administrativo.

**Art. 15** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares necessários ao cumprimento desta Lei.

**Art. 16** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Marechal Floriano, 18 de outubro de 1993.

A comissão de Legislação  
Justiça e Redação Final.

Em 26 / 10 / 93

*Elias Kiefer*  
Elias Kiefer

PREFEITO MUNICIPAL